

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Ativos Totais de R\$ 28.271.157 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 857.705 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 29 de março de 2022.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2021	2020		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	438.848	1.057.070	CIRCULANTE	255
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	381.681	30.055	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 14e).....	664.336
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	-	540.948	Outras Obrigações.....	25
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	49.022	-	NÃO CIRCULANTE	2.172.739
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 19a).....	7.967	485.889	Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 20e).....	66.995
Valores a Receber.....	178	178	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b).....	946.136
NÃO CIRCULANTE	27.832.309	26.202.575	Outras Obrigações (Nota 12).....	1.159.608
Realizável a Longo Prazo	4.009.181	3.808.899	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.098.163
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	527.797	512.375	Capital Social (Nota 14a).....	11.956.580
Valores a Receber (Nota 10).....	1.691.043	1.618.880	Reservas de Lucros (Nota 14d).....	13.868.695
Depósitos Judiciais (Nota 13b).....	919.912	778.434	Outros Resultados Abrangentes.....	272.888
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f).....	551.885	608.223		
Créditos Tributários (Nota 20c).....	318.544	290.987		
INVESTIMENTOS (Nota 11)	23.823.128	22.393.676	TOTAL	28.271.157
TOTAL	28.271.157	27.259.645		27.259.645

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro								
	2021	2020	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	Totais
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS.....	3.422.265	1.989.035	11.956.580	744.436	9.256.181	1.226.321	-	23.183.518	-
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	3.423.569	1.993.004	-	-	-	-	1.999.925	1.999.925	-
Resultado Financeiro (Nota 18).....	86.381	56.955	-	-	-	106.794	-	106.794	-
Receitas Diversas (Nota 17).....	-	4.566	-	-	-	-	-	-	2.106.719
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(87.529)	(65.301)	-	99.996	1.209.929	-	(1.309.925)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(156)	(189)	-	-	-	-	(690.000)	(690.000)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO.....	3.422.265	1.989.035	11.956.580	844.432	10.466.110	1.333.115	-	24.600.237	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20).....	(6.407)	10.890	-	-	-	-	3.415.858	3.415.858	(1.060.227)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	3.415.858	1.999.925	-	-	-	-	-	2.355.631	-
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)			11.956.580	1.015.225	12.853.470	272.888	-	26.098.163	-
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b).....	4,70	2,75	-	-	-	-	(2.558.153)	-	(857.705)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2021	2020	Lucro Líquido do Exercício	2021	2020	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				3.415.858	1.999.925		1.060.227
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	3.422.265	1.989.035		(10.744)	(997)		(1.070.971)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:				2.355.631	2.106.719		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(3.423.569)	(1.993.004)		-	-		
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(56.809)	(56.809)		-	-		
Provisão para Obrigações Legais.....	87.526	65.284		-	-		
Lucro Líquido Ajustado.....	16.670	4.506		3.415.858	1.999.925		
(Aumento)/Redução Ativos a Valor Justo por Meio de Resultado.....	547.061	31.920		-	-		
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	2.726	-		-	-		
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	138.161	101.606		-	-		
Aumento/(Redução) em Obrigações.....	6	(142)		-	-		
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(106.922)	(21.236)		-	-		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais.....	597.702	116.654		3.415.858	1.999.925		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				(1.060.227)	-		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	1.244.064	86.827		-	-		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos.....	1.244.064	86.827		106.794	-		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				(1.070.971)	107.791		
Contrato de Mútuo.....	-	(176.000)		-	-		
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos.....	(1.490.140)	-		-	-		
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos.....	(1.490.140)	(176.000)		3.415.858	1.999.925		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	351.626	27.481		2.355.631	2.106.719		
Início do Exercício.....	30.055	2.574		3.415.858	1.999.925		
Fim do Exercício.....	381.681	30.055		1.060.227	-		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	351.626	27.481		2.355.631	2.106.719		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2022.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2021. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando da sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2021 e de 2020, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "eventos futuros" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		2021	2020	2021	2020
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	23.000.000	48.529.816	6.975.322	3.758.724	-	47,93	23.260.792	21.826.839	3.343.337	1.956.326
Bradespar (1) (4) (5) (7) (8)	500.125	7.502.810	8.079.261	1.892	-	0,48	36.109	54.167	37.693	6.863
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	336.100	594.107	18.155	49.488	-	50,00	297.053	290.976	9.077	7.357
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	8.914.795	16.292.954	2.069.652	2.522	-	0,08	12.888	12.060	1.619	789
Bradesco (1) (4) (5)	83.100.000	150.443.539	23.172.322	13.551	-	0,14	209.764	203.112	31.843	21.669
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	2.820	-	-	-
Ágio - Cidade de Deus (6)	-	-	-	-	-	-	3.702	-	-	-
Total							23.823.128	22.393.676	3.423.569	1.993.004

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco foi divulgada em 17 de março de 2022 e da Bradespar em 30 de março de 2022;

(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;

(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações;

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental); e

(8) Em 17 de dezembro de 2021, a Bradespar realizou redução de Capital Social no montante de R\$ 5.260.000, sem cancelamento de ações, mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale) a seus acionistas, pelo valor contábil. Nesta operação a Companhia recebeu um total de 628.811 ações da Vale, que foram registradas em seu ativo circulante como VJORA, vide nota explicativa 9.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se aos contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2024, no montante de R\$ 1.159.608 (2020 - R\$ 1.110.123).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 919.912 (2020 - R\$ 778.434). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
No início do período	831.549	752.425
Atualizações monetárias	27.061	18.403
Constituições líquidas de reversões e baixas	87.526	60.721
No final do período	946.136	831.549

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2021 e 2020 não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Ordinárias - classe "A" (I)	328.139.238	328.139.238
Ordinárias - classe "B" (II)	24.618.495	24.618.495
Preferenciais	373.794.914	373.794.914
Total	726.552.647	726.552.647

i) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

ii) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2021	2020
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	3.415.858	1.999.925
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	726.553	726.553
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	4,70	2,75

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	3.415.858	
Reserva legal	170.793	
Base de cálculo ajustada	3.245.065	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)	857.705	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(31.902)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2021	825.803	25,4
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	664.336	35,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) JCP deliberados em 05 de Julho e 13 de dezembro de 2021, pagos em 12 de julho e 30 de dezembro de 2021; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Cofins	72.157	53.796
PIS	15.369	11.489
Outros	3	16
Total	87.529	65.301

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2021	2020
Serviços de terceiros	44	78
Editais e publicações	112	111
Total	156	189

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA	Diretoria		
Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher Maurício Machado de Mimas	Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano	Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri Rogério Pedro Câmara
Diretor Vice-Presidente Carlos Alberto Rodrigues Guilherme			

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4